

Vox Instituição de Pagamento S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263Q6-040-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	11



VOX INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Vox Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

O prejuízo do semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 442 mil.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento à disposição da Resolução número 198/2022, publicada pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Lei 15.177/2025 da Vox Instituição de Pagamento S.A., mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, os limites operacionais da Vox Instituição de Pagamento S.A., apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Com base nos requerimentos da Lei 15.177/2025, a Instituição apresenta as seguintes informações a respeito do seu quadro de empregados e administradores:

Número de pessoas por sexo	Quantidade
Feminino	81
Masculino	52
Total	153

Por hierarquia	Feminino	Masculino	Total	%
Jovem aprendiz	1	4	5	20,00%
Analista	68	27	95	71,58%
Média gerência	10	16	26	38,46%
Alta gerência	1	4	5	20,00%
Diretoria	1	1	2	50,00%

Administradores	Quantidade
Feminino	1
Masculino	1
Total	2

Por hierarquia	Feminino	Masculino	Total
Jovem aprendiz	892,00	892,00	892,00
Analista	2.485,40	3.008,63	2.634,11
Média gerência	8.962,90	6.787,87	7.624,42
Alta gerência	23.939,00	21.059,00	21.635,00
Diretoria	35.861,00	35.235,00	35.548,00
Total Geral	3.942,32	6.016,88	4.753,43

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Vox Instituição de Pagamento S.A.
Itaquaquecetuba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vox Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vox Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Informações comparativas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, a Instituição foi autorizada em 15 de novembro de 2025, pelo Banco Central do Brasil, a atuar como instituição de pagamento e não realizou a apresentação de valores comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme previsto no artigo 42, §5º da Resolução BCB nº 2/2020. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Descumprimento do requerimento mínimo de patrimônio de referência

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, que descreve que, em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentava desenquadramento em relação ao Descumprimento do Requerimento Mínimo de Patrimônio de Referência. Nesse sentido, conforme descrito na referida nota explicativa, a administração apresentou os devidos esclarecimentos e listou um “Plano de Regularização”, com o objetivo de atender adequadamente os requerimentos mínimos de risco regulatório exigidos. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreende o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências, significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 07.314.204/0001-46

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais

A T I V O	NOTAS	31/12/25	P A S S I V O	NOTAS	31/12/25
CIRCULANTE		220.869	CIRCULANTE		222.451
DISPONIBILIDADES	4	5.937	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		168.555
			Relações interfinanceiras	11	125.446
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		209.294	Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado		101.238	Obrigações por empréstimos e repasses	12	43.108
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	27.998			
Títulos e valores mobiliários	6	73.239	OUTROS PASSIVOS	13	53.896
Ativos Financeiros ao custo amortizado		108.056	Credores diversos		44.298
Rendas a receber	7	113.184	Sociais e estatutárias		1.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(5.128)	Fiscais e previdenciárias		2.504
			Diversas		6.088
OUTROS ATIVOS	8	5.638			
Outros créditos - diversos		42			
Ativos em Estoque		98			
Adiantamento a Fornecedores		328			
Despesas antecipadas		68			
Outros ativos fiscais		5.102			
			NÃO CIRCULANTE		1.133
NÃO CIRCULANTE		14.890			
OUTROS ATIVOS	8	13.739	PROVISÕES	14	1.133
Outros créditos - diversos		13.739	Empréstimos e Financiamentos		0
			Provisão para contingências		1.133
IMOBILIZADO DE USO	9	1.134			
Imóveis		818	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	12.175
Outras imobilizações de uso		1.997	Capital:		2.000
(Depreciações acumuladas)		(1.681)	De Domiciliados no país		2.000
INTANGÍVEL	10	17	Reservas de lucros		
Ativos Intangíveis		155	Reserva legal		400
(Amortização acumulada)		(138)	Reservas especiais de lucro		9.775
TOTAL DO ATIVO		235.759	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 07.314.204/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação

	NOTAS	2025
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		143.730
Resultado com prestação de serviços	16	140.901
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.829
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		143.730
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(138.239)
Despesas de pessoal	17	(18.657)
Despesas gerais e administrativas	18	(98.143)
Despesas tributárias	19	(13.332)
Outras receitas operacionais	20	31.727
Outras despesas operacionais	21	(39.833)
RESULTADO OPERACIONAL		5.491
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		670
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		6.161
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(2.495)
Provisão para imposto de renda		(1.560)
Provisão para contribuição Social		(936)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.665
Nº de ações		2.000.000
Lucro por ação.....R\$		1,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 07.314.204/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais

	2025
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.665
RESULTADO ABRANGENTE	-
Ajustes que serão transferidos para resultados:	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	3.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.**

CNPJ(MF): 07.314.204/0001-46

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCRO OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
EM 1 DE JANEIRO DE 2025	2.000	400	6.110	-	8.510
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.665	3.665
Destinações:					
Reserva Legal/Estatutária	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	3.665	(3.665)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.000	400	9.775	-	12.175
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	3.665	-	3.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 07.314.204/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores em milhares de Reais

31/12/25
Fluxos de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido do exercício	3.665
Depreciações/amortizações	282
Provisão para Passivos Contingentes	1.133
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(26.500)
Provisão de impostos no resultado	2.495
	(18.924)

Variação de Ativos e Passivos

(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(73.239)
(Aumento) redução em rendas a receber	83.666
(Aumento) redução em outros ativos	(1.334)
Aumento (redução) em passivos financeiros ao custo amortizado - passivo	(10.842)
Aumento (redução) em outros passivos	2.809
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.495)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(20.360)

Fluxos de caixa das atividades de investimento
Inversões em:

Imobilizado de uso	(447)
--------------------	-------

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(446)
--	--------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos	40.000
Debêntures, empréstimos e financiamentos - juros pagos	(3.108)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	36.892

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.085
---	---------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	17.850
---	--------

Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	33.936
--	--------

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.086
---	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vox Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição”), foi constituída em 31 de março de 2005, inscrita no CNPJ (MF) sob o no 07.314.204/0001-46, domiciliada no Brasil com sede na Rodovia Joao Afonso de Souza Castellano, 1.180, Vila Monte Belo, Itaquaquecetuba, SP.

A Instituição tem por objeto:

- a) emitir e administrar cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, compreendendo: a administração dos pagamentos decorrentes do uso dos meios eletrônicos, a obtenção de recursos em instituições financeiras, em nome dos titulares de cartão, com a finalidade única e exclusiva de financiar os débitos constituídos pelos titulares de cartão, decorrentes da posse e do uso desse e de outros meios eletrônicos de pagamento; conceder garantias representadas por avais ou fianças nos respectivos contratos de financiamento celebrados com as instituições financeiras; administrar o financiamento obtido e titulares de cartão;
- b) credenciar estabelecimentos comerciais e/ou prestadores de serviços para aceitarem cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento;
- c) instalar, nos estabelecimentos credenciados, equipamentos de sua propriedade, destinados a captura eletrônica de transações decorrentes do uso de meios eletrônicos de pagamentos e realizar a respectiva manutenção;
- d) processar dados e informações, decorrentes do uso de meios eletrônicos de pagamento;
- e) prestação de serviços de planejamento, implantação e gestão de produtos e ou/serviços de natureza financeira em geral e específica;
- f) desenvolver outras atividades correlatadas, julgadas de interesse da Sociedade;
- g) participar de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei no 6.404/1976, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. A Vox Instituição de Pagamento S.A., foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil em 03 de novembro de 2025, com publicação da autorização no Diário Oficial da União em 06 de novembro de 2025.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração, em atendimento ao disposto no artigo 9 da Resolução nº 2/2020 do BACEN, declara de forma explícita e sem reserva, que as demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Comparabilidade

Conforme o art. 42, §5º, da Resolução BCB nº 2/2020, a apresentação comparativa das demonstrações financeiras — semestrais e anuais — referentes ao ano de autorização para funcionamento da instituição é facultativa pelo Banco Central do Brasil.

Além disso, considerando que estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os critérios contábeis definidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme dispõe o art. 102 da Resolução BCB nº 2/2020, a Administração optou por não apresentar informações comparativas relativas a períodos anteriores, por inexistirem valores preparados sob a mesma base normativa e metodológica.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionada.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Instituição e foram aprovadas em 31 de março de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo do valor justo de instrumentos financeiros que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua.

As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado em que as estimativas são revisadas.

2.1. Resoluções e normas e leis que entrarão em vigor em períodos futuros

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo (“Reforma”). Diversos aspectos relevantes — inclusive alíquotas, regras operacionais, créditos, regimes específicos e cronograma de transição — ainda dependem de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo aprovado está baseado em um Imposto sobre Valor Adicionado (“IVA”) dual, composto por: (i) um tributo de competência federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”); e (ii) um tributo de competência subnacional (Estados, Distrito Federal e Municípios), o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). A CBS e o IBS substituirão, gradualmente, PIS, Cofins, ICMS e ISS, conforme regras de transição a serem detalhadas em LC.

Adicionalmente, foi criado o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, na forma a ser definida em LC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado:

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto à disponibilidade do recurso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao custo amortizado e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023.

I. Classificação de ativos financeiros

- **Custo amortizado:** são os ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e estes constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes:** são os ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- **Valor justo no resultado,** os demais ativos financeiros.

II. Classificação de passivos financeiros

- **Custo amortizado:** por definição, os passivos financeiros da instituição serão classificados ao custo amortizado (CA), conforme Resolução 352/2023
- **Valor justo no resultado:** na exceção de classificação ao custo amortizado (CA), são incluídos derivativos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado (VJR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

III. Reconhecimento inicial

O reconhecimento inicial de um instrumento financeiro é o processo contábil pelo qual a instituição inclui pela primeira vez um ativo ou passivo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, um instrumento financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação. Conforme estabelece a Resolução BCB 352/2023, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- Ativos financeiros - devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento; e
- Passivos financeiros - devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

IV. Mensuração subsequente

- Custo Amortizado (CA): ativos e passivos financeiros são mensurados por seus valores iniciais mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros são mensurados por seus valores iniciais mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros e as alterações no valor justo. As alterações no valor justo são refletidas diretamente no patrimônio líquido, chamada outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Valor Justo no Resultado (VJR): compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução BCB 352/2023, os juros e variações monetárias e cambiais incidentes sobre instrumentos financeiros são registrados no resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

V. Perda esperada de crédito

Considerando as diretrizes estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e pela sua Política de Mensuração para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, a Instituição optou pela utilização de metodologia simplificada na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Essa mensuração, avalia em bases prospectivas a perda esperada dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR.

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Instituição espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada.

A Instituição avalia as alterações no risco de crédito, de forma individual, com base no rating de cada cliente, ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

VI. Renegociação e reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme previsto na Resolução CMN nº 5.146/2024, está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, a 99Pay IP irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação em vez da taxa de juros efetiva originalmente pactuada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

VII. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o quando a Instituição transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

VIII. Critérios para baixa (*write-off*)

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

IX. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

X. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base nos modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros adotados pela Instituição, onde são consideradas as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Atualmente, os títulos e valores mobiliários da Instituição estão classificados ao valor justo no resultado. Devem ser classificados, conforme determina a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentações posteriores, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação: são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Títulos disponíveis para venda: são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento: são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Para estes casos, quando necessário, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

e. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas de 10% para móveis e equipamentos; 20% para processamentos de dados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

e.1. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 não houve perda por *impairment*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

g. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução n.º 09/2020 do BACEN, da seguinte forma:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.

Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são divulgadas em notas explicativas.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

- i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 no exercício;
- ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9%.

i. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações. Essas transações estão apresentadas na Nota 23.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

j. Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Instituição. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve resultados não recorrentes.

k. Resultado por ações

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

4. DISPONIBILIDADES

Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a disponibilidades utilizadas na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>
Depósitos bancários	5.937
	<u>5.937</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a operações realizadas no mercado interfinanceiro, com o objetivo de administrar os excedentes temporários de caixa da Instituição, observando os critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>
Títulos mensurados ao custo amortizado	
Títulos privados no país - debêntures	28.116
(-) Perda Esperada associada ao risco de crédito	(118)
	<u>27.998</u>

As aplicações interfinanceiras da Instituição são compostas por debêntures e possuem vencimento para até 90 dias (indexadas ao CDI à 97% no Bradesco e à 95% no Safra, com liquidez imediata).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários estão compostos da seguinte forma.

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Mercado</u>
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Renda fixa: certificado de depósito bancário (CDB)	1.822	1.822

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	
	Custo	Mercado
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Renda variável: cotas de fundos de investimento	71.417	71.417
Total	73.239	73.239

Prazo de liquidação

Classe / Instrumento	Até 90 dias	Entre 91 e 365 dias	Mais de 365 dias	Total
Renda fixa – CDB	1.822	0	0	1.822
Cotas de fundos de investimento	0	0	71.417	71.417
Total	1.822	0	71.417	73.239

As aplicações financeiras de curto prazo da Instituição são compostas por Certificados de Depósito Bancário CDBs (indexados ao CDI, com liquidez imediata) e contas de fundos de investimento (FIDC a 110% do CDI).

CDBs (CDI/DI): emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com possibilidade de resgate diário sem penalidade. Fluxos de caixa contratuais representam pagamentos de principal e juros (SPPI).

7. RENDAS A RECEBER

As rendas a receber correspondem, substancialmente, às receitas auferidas e ainda não recebidas até a data do balanço, decorrentes das atividades operacionais da Instituição.

	31/12/2025
Títulos mensurados ao custo amortizado	
Valores em análise – contestação ELO	80
Valores a Receber	3.217
Cessão de direitos creditórios	11.617
Carteira	98.270
(-) Perda esperada associada ao risco de crédito (a)	(5.128)
	108.056

(a) A instituição adota metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023. Em complemento ao mínimo regulatório para a Carteira C5 (1,9%), a instituição adota modelos internos de avaliação de risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

alinhados às suas práticas de gerenciamento de risco de crédito. Dessa forma, o valor final reconhecido como provisão para perdas esperadas resulta da aplicação:

Carteira C5	Dez/25	Provisão (%)	Provisão (R\$)	Provisão Ponderada (%)
Carteira em Transição*	93.392	3,15%	(2.942)	
De 1 a 14 dias	1.945	35,27%	(686)	
De 15 a 30 dias	1.804	35,27%	(636)	5,22%
De 31 a 64 dias	1.129	76,50%	(864)	
Total	98.270		(5.128)	

8. OUTROS ATIVOS

Outros ativos correspondem a valores registrados que não se enquadram nas demais rubricas do ativo, sendo compostos, substancialmente, por despesas antecipadas, créditos diversos, valores a compensar e outros direitos realizáveis no curso normal das operações da Instituição.

	<u>31/12/2025</u>
Ativo circulante	
Outros créditos - diversos	42
Ativos em Estoque	98
Adiantamento a Fornecedores	328
Despesas antecipadas	68
Impostos a recuperar (a)	5.102
	<u>5.638</u>
Ativo não circulante	
Impostos diferidos	13.644
Depósitos judiciais	95
	<u>13.739</u>
Total	<u>19.377</u>

(a) abertura de impostos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>
IRRF - Recuperar	942
PIS e COFINS a Recuperar	167
CSLL a Compensar	301
IRPJ a Compensar	143
Impostos a Recuperar	7
INSS a Recuperar	3
PIS a Recuperar	119
COFINS a recuperar	547
IRPJ - Estimativa	1.629
CSLL - Estimativa	1.245
Total	<u>5.102</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO DE USO

O imobilizado de uso é composto por bens tangíveis destinados à manutenção das atividades operacionais, tais como equipamentos de informática, móveis e utensílios, instalações e demais bens necessários ao desenvolvimento de suas operações.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025	
Instalações	239	(115)	124	
Mobiliário	818	(447)	371	
Equipamentos de Proc. Dados	1.545	(906)	639	
Imobilizado de pequeno valor	213	(213)	-	
	2.815	(1.681)	1.134	

Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Instalações	231	8	-	239
Mobiliário	672	146	-	818
Equipamentos de Proc. de dados	1.252	293	-	1.545
Outros imobilizados de uso	213	-	-	213
	2.368	447	-	2.815

Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Instalações	(98)	(17)	-	(115)
Mobiliário	(350)	(97)	-	(447)
Equipamentos de Proc. de dados	(809)	(97)	-	(906)
Outros imobilizados de uso	(212)	(1)	-	(213)
	(1.469)	(212)	-	(1.681)

Saldo líquido	899	265	-	1.134
----------------------	------------	------------	----------	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto por bens incorpóreos identificáveis, sem substância física, destinados à manutenção das atividades, tais como softwares, licenças de uso, sistemas e outros direitos adquiridos.

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025	
Sistemas de Proc. de dados	144	(138)		6
Marcas e Patentes	11	-		11
	155	(138)		17

Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Sistemas de Proc. de dados	144	-	-	144
Marcas e Patentes	11	-	-	11
	155	-	-	155

Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Sistemas de Proc. de dados	(68)	(70)	-	(138)
	(68)	(70)	-	(138)

Saldo líquido	87	(70)	-	17
----------------------	-----------	-------------	----------	-----------

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As relações interfinanceiras correspondem às operações realizadas pela Instituição com outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, envolvendo aplicações, captações, empréstimos, financiamentos e demais transações financeiras, com o objetivo de gestão de liquidez e atendimento às necessidades operacionais.

	31/12/2025
Valores a pagar lojistas Tenda	70.799
Valores a pagar bandeira nacional - ELO	37.924
Valores a pagar bandeira nacional – estoque BNDES parcelado	16.723
	125.446

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se aos recursos obtidos pela Instituição junto a instituições financeiras, entidades governamentais e demais agentes financeiros, destinados ao financiamento de suas operações. O empréstimo efetuado pela Instituição refere-se à um swap de fluxo de caixa, conforme demonstrado abaixo:

Passivo financeiro ao valor justo por meio de resultado	Taxa	Vencimento	31/12/2025
Financiamento em moeda nacional	111,30% CDI	13/07/2026	43.108
			43.108

13. OUTROS PASSIVOS

Outros passivos compreendem obrigações que não se enquadram nas demais rubricas do passivo, sendo compostos, substancialmente, por despesas provisionadas, obrigações operacionais, valores a pagar a fornecedores, encargos sociais e fiscais, bem como outras obrigações decorrentes do curso normal das atividades.

	31/12/2025
Credores diversos	
Credores diversos ¹	44.298
	44.298
Sociais e estatutárias	
Obrigações sociais a pagar	1.006
	1.006
Fiscais e previdenciárias	
Obrigações fiscais a pagar	2.504
	2.504
Diversas	
Provisões diversas	6.088
	6.088
Total de outros passivos	53.896

¹Credores diversos é composto majoritariamente por Valores a Repassar FIDC e fornecedores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. PROVISÕES

Os passivos contingentes referem-se a obrigações potenciais decorrentes de eventos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. As contingências são avaliadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e demais elementos disponíveis, sendo classificadas conforme a probabilidade de perda provável, possível e remota.

	<u>31/12/2025</u>
Diversas - Passivos contingentes	1.133
	<u>1.133</u>

Os processos de natureza passiva com prognóstico de perda possível totalizam 83 causas e representavam o montante de R\$ (475) em 31 de dezembro de 2025.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia totalmente subscrito é de R\$ 2.000,00, dividido em 2.000.000 (Dois milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

a. Capital Social

	Ações ordinárias	%
Vox Holding S.A.	2.000.000	100%
	<u>2.000.000</u>	<u>100%</u>

b. Reservas de lucros

	Valor
Reserva legal	400
	<u>400</u>

c. Lucros (prejuízos) Acumulados

	Valor
Lucros (prejuízos) Acumulados	9.775
	<u>9.775</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31/12/2025
Empréstimo	46.857
Tarifa	89.531
Seguro	4.513
	140.901

17. DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2025
Salários e Ordenados	(11.345)
Encargos	(3.729)
Benefícios	(2.742)
Provisões Trabalhistas	(841)
	(18.657)

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025
Material	(35)
Água, energia e gás	(210)
Aluguéis	(209)
Comunicações	(221)
Transporte	(205)
Viagem no país	(282)
Processamento de dados	(3.169)
Propaganda e publicidade	(1.874)
Serviços de terceiros	(3.076)
Sistema financeiro	(5.518)
Resultado de alienação de direitos creditórios (a)	(67.906)
Outras despesas administrativas	(15.438)
	(98.143)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Refere-se ao reconhecimento da perda resultante da operação de cessão de direitos creditórios, impactada pelo deságio médio de 29,53%.

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023
ISS	(3.193)
PIS sobre serviços	(1.063)
COFINS sobre serviços	(4.895)
PIS sobre outras receitas	(516)
COFINS sobre outras receitas	(3.173)
Outras despesas tributárias	(492)
	(13.332)

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2023
Reversão de provisão para risco de crédito	26.500
Outros ativos financeiros – recuperação de crédito	3.041
Outras receitas	2.186
	31.727

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2023
Baixa por perda efetiva	(18.223)
Despesas Funding	(5.767)
Campanha tablóide	(4.226)
Outras despesas operacionais	(3.569)
Despesas com debêntures	(3.172)
Prejuízos operacionais	(1.350)
Descontos concedidos	(1.307)
Outras	(2.219)
	(39.833)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2025</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.161
Adições permanentes e temporárias	9.749
Exclusões permanentes	(33.722)
Lucro Real antes da compensação do prejuízo	<u>(17.812)</u>
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	11.572
Lucro real para apuração do IRPJ e CSLL	<u>6.240</u>
Imposto de Renda	<u>(1.560)</u>
Contribuição Social	<u>(936)</u>

23. PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Partes relacionadas referem-se a entidades que fazem parte do mesmo grupo da Companhia, acionistas com participação significativa, empresas associadas a eles, administradores, membros do conselho, outros membros-chave da Administração e seus familiares.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a preços compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução do risco.

Os saldos de partes relacionadas estão compostos abaixo:

	<u>31/12/2025</u>
Valores a pagar lojistas Tenda	(70.799)
Valores a pagar Tenda	(1.799)
Valores a receber Tenda	1.629

Em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração do pessoal chave da administração.

24. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

26. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição é projetada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil, garantindo sua compatibilidade com nosso modelo de negócio, a natureza de nossas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

A fim de assegurar a eficácia de sua estrutura, implementa políticas, estratégias, rotinas, procedimentos documentados relacionados a identificação, classificação e tratamento dos riscos, além do monitoramento contínuo dos níveis de capital e o gerenciamento dos riscos operacionais, legais, de crédito e liquidez.

Risco operacional

É o risco de perda resultante de eventos externos ou internos, tais como, deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.

Risco de crédito

É o risco de a Instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

Risco de mercado

Taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da empresa. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou ainda, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão do risco de liquidez considera a manutenção adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Estrutura de governança de riscos

Visando o atendimento à Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento integrada de riscos e capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a mitigação de riscos e a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Limites operacionais

A VOX Instituição de Pagamento possui estrutura para gerenciamento de capital, com objetivo de monitorar e controlar a suficiência de capital frente aos riscos em que possui exposição, observando os requerimentos mínimos exigidos pela Resolução BCB nº 198/22, Resolução BCB nº 437/24 e Resolução BCB nº 584/25 bem como outras adicionais de controle e gestão. Neste contexto, a Instituição é classificada como conglomerado prudencial Tipo 3 e está enquadrada no Segmento S5.

O Patrimônio de Referência Da instituição é constituído pelo Capital Social, e Reservas, deduzidos de ajustes prudenciais, totalizando o valor de R\$ 12.174.909 em 31 de dezembro de 2025.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

O requerimento mínimo de capital é calculado sobre o total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) simplificado, que engloba:

RWASp: Risco Simplificado da parcela de exposição;

RWAMoe: Atividade de Serviço de Emissor de Moeda Eletrônica;

RWACpos: Atividade de Serviço de Pagamento;

RWAAdq: Atividade de Credenciamento e SubCredenciamento,

RWACamSimp: Câmbio Simplificado e

RWA PISP: Atividade de Iniciador de Pagamento.

RWA Simp: na parcela das exposições em vigor na data base 31/12/25 é demonstrado, conforme abaixo;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>
Patrimônio Líquido	12.175
Ajustes Prudenciais	0
Patrimônio de referência – PR	157.796
Risco Simplificado – RWAsp	68.340
Risco de Câmbio – RWAcam	-
Risco Serviço de Pagto – RWAPos	5.467
Risco associado ao serviço de pagamento – RWAsp	68.340
*Ativos ponderados ao Risco – RWA	620.771
Classificação do conglomerado	Tipo 3
Segmentação	S5

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível em sítio eletrônico da Vox (www.vox.com.br).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Descumprimento do Requerimento Mínimo de Patrimônio de Referência

Observando o descumprimento do Requerimento Mínimo de Patrimônio de Referência a VOX Instituição de Pagamento traça plano de ação de capitalização e integralização de Capital aprovado em Conselho de Administração conforme abaixo.

- Da Revisão Regulatória: Será revalidado o cálculo do capital mínimo exigido com base na Resolução BCB 80/2021 bem como 437/24, 584/25 e Resolução Conjunta 14/2025 pela área de gestão de capital com término previsto para março/26, este estudo levará em consideração todas as exposições e chamadas de margem da instituição, os modelos passarão pela área de controles internos validando e corroborando ações de acompanhamento e de mitigação de risco;
- Da Aprovação em Assembleia, será convocado AGE para aprovação do aumento de capital pelos sócios, com a finalidade de enquadramento e geração de liquidez;
- Do Pedido ao BCB (Banco Central do Brasil - BACEN): Envio da documentação comprobatória via sistema do BCB, pedido de aumento de capital para que o processo seja aprovado e o capital integralizado.
- Formalização do Aporte, o aporte financeiro após a aprovação será na conta da instituição (via TED/PIX) com originação líquida e certa de legalidade de recursos.
- Alteração Contratual: Registro da alteração contratual na Junta Comercial, para que o capital seja incluído para fins legais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Monitoramento: A área de Gestão de Capital incorporada a VOX, passa a manter rotinas de monitoramento contínuo do PL afim de não mais desenquadrar.

A VOX Instituição de Pagamento mantém como seu primeiro mandamento a liquidez da instituição e reafirma seu compromisso com a transparência e confiabilidade que lhe é depositada por nossos clientes e parceiros.

Avaliação da Instituição sobre a Reforma Tributária

A Instituição está em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis, operacionais, sistêmicos, fiscais e de conformidade decorrentes da implementação da Reforma, considerando (i) a necessidade de adequações em processos e sistemas para apuração, recolhimento, escrituração e reporte dos novos tributos; (ii) eventuais efeitos em precificação de produtos e serviços, contratos com clientes e fornecedores, e cadeias de prestação de serviços; e (iii) possíveis impactos na carga tributária efetiva, a depender das alíquotas finais, das regras de creditamento e dos regimes aplicáveis às atividades da Instituição.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, não é possível estimar com segurança os impactos quantitativos da Reforma, em razão do estágio ainda incompleto de regulamentação. A Administração acompanha a evolução do processo legislativo e regulatório e, à medida que haja maior clareza normativa e operacional, continuará refinando suas análises e, quando aplicável, avaliará a necessidade de reconhecimentos, mensurações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Diretoria

THERCIO ALVES LEMOS
DIRETOR FINANCEIRO

DIANA SIQUEIRA R. GOMES
CRC 1SP248851/SP